



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 14 de abril de 2012

A CRITICA	
Sintonia com Brasil Maior	1
ECONOMIA	
A CRITICA	
Sintonia com Brasil Maior (continuação)	2
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Financiamento para plo naval entra em discussão	3
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Governo prevê salário mínimo de R\$ 667,75 no próximo ano	4
ECONOMIA	

Sintonia com Brasil Maior

Assim, possivelmente estará a Rede de Arranjos Produtivos Locais do Amazonas, a partir do segundo semestre deste ano

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

A rede de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Amazonas lançada ontem, na Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), estará na mesma frequência do plano Brasil Maior a partir do segundo semestre deste ano. Com a integração será elaborada uma agenda das cadeias produtivas regionais, a qual irá compor a agenda nacional dos APLs em desenvolvimento em todo o País. As agendas serão administradas pelo Ministério da Integração e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

No Amazonas, a rede de APLs agrupa empresas que atuam em um mesmo segmento e estão localizadas no mesmo território. Juntas, elas apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação sob um determinado produto.

Hoje, o Amazonas possui dez APLs aprovadas, entre eles, o de polpas, extratos e concentrados de frutas regionais, artesanato,

fitoterápicos e fitocosméticos, e o de produção de madeira e móvel. Entretanto, a rede que foi lançada ontem reúne apenas 150 empresas associadas aos sindicatos da Indústria Naval (Sindnaval), da Construção Civil (Sinduscon-AM) e dos Armadores do Amazonas (Sindarma).

BRASIL MAIOR

Durante o lançamento da Rede, a coordenadora nacional dos APLs do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), Margarete Gandini, trouxe a informação de que o Amazonas, assim como os demais Estados brasileiros, irá receber, no próximo semestre, seminário e oficinas realizadas pelo Ministério de Integração e a ABDI para traçar a agenda regional de atividades dos APLs.

Segundo ela, os APLs sobrevivem da união e persistência de toda a cadeia nela inserida, mas podem e serão auxiliadas por políticas públicas desenvolvidas no Brasil Melhor. Na cartilha nacional sobre o plano, o governo traça como meta ações especiais em desenvolvimento re-

Blog

Valdelino Cavalcante

PRESIDENTE DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL (ABS)

"Agora contamos com o apoio do MDIC e da Suframa quanto a Rede de APLs. Precisamos de um auxílio para sustentar as cadeias regionais. Já passou do tempo do Amazonas ser visto e ganhar força com o que se produz no Estado. Temos arranjos muito interessantes e que ganham cada vez mais mercado no país e internacionalmente como os fitocosméticos, polpas e piscicultura. O detalhe é que nenhum dos produtores locais querem nada de graça, querem apenas espaço e oportunidade para mostrar o que sabem e podem produzir. Já temos exemplos de sucesso no Amazonas como o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme) e a feira do produtor rural que acontece Cigs".



Margarete Gandini, do MDIC, disse que seminários traçarão agenda dos APLs

gional. "Passamos do tempo que as orientações vinham somente de cima para baixo. É possível verter, organizar e melhorar o processo", explicou Margarete.

Ainda de acordo com a coordenadora, não existe uma fórmula que blinde um APL de maneira perene. "É preciso que cada envolvido no processo tome para si a responsabilidade de fomentar políticas e inovar a partir do que produzem processos e o próprio bem final", explicou.

Durante a semana, a coordenadora, visitou parte da cadeia produtiva de malva e juta e ilustrou a explicação acima, dizendo que o fato de empresários locais verem nas fibras a possibilidade de transformá-las em peças de vestuário prova que é capaz inovar a partir de uma mesma matéria-prima.

A Suframa auxilia no processo, instrumentalizando políticas. E a coordenadora-geral de Desenvolvimento Regional da autarquia, Eliany Gomes, colocou a autarquia à disposição das cadeias produtivas.

Sintonia com Brasil Maior (continuação)

Polo Naval animado com a sinalização feita pelo MDIC

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval (Sindnaval), Mateus Araújo, informou que, com a Rede de Arranjo Produtivo Local (APL), o Polo Naval estará ainda mais estruturado. A expectativa é que em julho deste ano os empresários do setor se instalem na área de quase 10 mil hectares no Puraquequara, Zona Leste.

Segundo Matheus, o governo

tem entendido que o setor precisa de apoio e que os empresários da cadeia estão dispostos a investir e alavancar a economia com a produção de um produtivo de extrema importância para a nossa realidade. "Em breve, vamos conseguir financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento Econômico (Bird) e o Banco Nacional de Desenvolvimen-

to Social (BNDS)", anunciou.

O secretário de Estado de Planejamento (Seplan), Airton Claudino, reforçou que a prioridade do Governo Estadual é auxiliar no que for necessário para que o Polo Naval, finalmente, saia do papel. "Nos próximos dias teremos confirmações exatas quanto à instalação na área do Puraquequara e daí não poderemos, e não queremos, retroceder".



Valtair Machado, Mateus Araújo e Ricardo Moraes, do Polo Naval do AM

O presidente do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma), Claudomiro Carvalho Filho, acrescentou que hoje cerca de cem empresas no Amazonas adquirem as embarcações produzidas no Estado, seja no modal de balsas ou barcos. "Hoje, nosso gargalo são os portos, pois o setor a cada dia está mais organizado".

Na avaliação de Mateus, o Polo Naval deve gerar em dez anos um faturamento de US\$ 20 bilhões anuais e responder por 30% do atual faturamento da Zona Franca.

Financiamento para plo naval entra em discussão

Metas de financiamento para o segmento, no Puraquequara, serão debatidas nos próximos dias

LUANA GOMES
Especial EM TEMPO

A partir da próxima semana, as metas de financiamento para a implantação do polo naval começam a ser analisadas, conforme informações do Sindicato da Indústria de Construção Naval do Amazonas (Sindnaval-AM). Em data a ser definida, os representantes do governo e da entidade se reunirão, ainda, para elaborar o processo de licitação das financiadoras.

De acordo com o presidente do sindicato, Matheus Araújo, para que ocorra a transição dos estaleiros no polo naval, é preciso que haja financiamento de instalação e equipamentos.

Além das propostas de financiamento, a partir de junho, o projeto também deve ter a definição do seu estudo de viabilidade econômica, de instalação e de área. A região escolhida para implantação ainda permanece sendo a orla do Puraquequara (a 20 quilômetros do Encontro das Águas).

O dirigente pontuou que o segmento está mais ativo, especialmente com o lançamento das redes de arranjos produtivos locais (APLs), na manhã ontem, envolvendo tan-

to o setor quanto os ramos de transportes hidroviários e de resíduos de construção civil.

Segundo Araújo, a rede é a organização do setor produtivo, no qual se encontra a gama de fornecedores envolvidos no processo. Araújo aborda

RECURSOS

Rede de APLs do Amazonas terá investimento de R\$ 3,5 bilhões, oriundo de verba do governo federal, de fundos de investimento internacionais e de investidores locais também

que muitos ainda estão "desorganizados", e o APL deve permitir a implantação de normas e regras para esse setor, contando com uma governabilidade, por meio de uma secretaria.

O secretário executivo da rede estadual, Carlos Araújo, abordou que há um montante em torno de R\$ 3,5 bilhões a serem investidos em assuntos estratégicos, a partir de verba do governo federal, de fundos de investimento internacionais e de investidores locais.



ALBERTO CÉSAR ARAÚJO

Por meio de arranjo produtivo local, segmento naval deve ganhar maior competitividade

Inovação da rede amazonense

A coordenadora nacional dos APLs do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Margarete Gandini, abordou que em praticamente todas as unidades de Federação existem redes de mesmo porte atuando, porém a amazonense se mostra inovadora.

De acordo com ela, embora os arranjos produtivos lançados sejam referentes a setores distintos, todos acabam tendo uma interligação. "Essa integração é inovadora. Tem algumas experiências, mas ainda são poucos os trabalhos nesse sentido", destacou.

Atualmente, a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) é quem coordena o núcleo de APLs estadual. O diretor-presidente da agência, Valdelino Cavalcante, o lançamento da rede deve permitir aprimorar políticas públicas, com foco na realidade local.

Governo prevê salário mínimo de R\$ 667,75 no próximo ano

▼ Valor está na LDO enviada ao Congresso Nacional

TEXTO Agência Brasil
FOTO Marcello Casal Jr./ABr

BRASÍLIA

salário mínimo do trabalhador brasileiro em 2013 poderá chegar a R\$ 667,75, o que corresponde a um reajuste de 7,3% em relação ao atual, de R\$ 622. O valor consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério do Planejamento.

Com isso, a previsão do novo mínimo teve uma leve queda em relação a anterior, de R\$ 676,35, conforme reportagem da Folha.com.

A equipe econômica projeta, ainda, salário mínimo de R\$ 729,20 para 2014 e de R\$ 803,93 para o ano seguinte - o que resulta em aumento de 29% acumulados até 2015.

Parâmetros

A LDO apresenta os parâmetros que servirão de base para a elaboração do Orçamento-Geral da União do próximo ano. O projeto manteve as projeções oficiais para inflação e crescimento econômico.

O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) continuou estimado em 5,5% para 2013. A inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA) também não variou em relação aos números divulgados em fevereiro pela equipe econômica e ficou em 4,5%, pouco menos que os 4,7% estimados para 2012. O Planejamento estima taxa de câmbio média de R\$ 1,84 para 2013, contra R\$ 1,76 em 2012.

OS NÚMEROS

9,75%

▼ **é a projeção da equipe de planejamento do governo federal para a taxa básica de juros da economia ao final deste ano. Para 2013, espera-se 8,5%.**